

PONTOS DE INTERSECÇÃO: PSICOLOGIA, FEMINISMO E VIOLÊNCIAS

Marília Saldanha¹

Recebido em: 14/10/2013 | Aceito em: 19/11/2013

“Bem, eu certamente não acho que estamos vendo o fim da discriminação econômica contra a mulher, não acho que vimos o fim da desigualdade ou da hierarquia de gênero. Não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Portanto, essas lutas ainda estão muito vivas.”

Judith Butler²

Resumo: Neste artigo parto de alguns conceitos como violência de gênero, empoderamento e práticas emancipatórias para seguir num processo reflexivo sobre o papel da psicologia feminista na relação com as mulheres em situação de violência. Interessa-me articular clínica, pesquisa e política por meio desta vertente da psicologia. Utilizo a revisão não sistemática da literatura e a categoria gênero com perspectiva feminista.

Palavras-chave: psicologia feminista; violência de gênero; mulheres.

POINTS OF INTERSECTION: PSYCHOLOGY, FEMINISM AND VIOLENCES

Abstract: In this paper I start with some concepts as gender violence, empowerment and emancipatory practices to follow in a reflective process on the role of feminist psychology in relation to women in situation of violence. I am interested in articulating clinical, research and policy through this part of psychology. I use the non-systematic review of literature and gender category in feminist perspective.

Keywords: feminist psychology; gender violence; women.

¹ Psicóloga e Psicoterapeuta; Mestre em Psicologia pela PUC-Rio; Doutoranda em Psicologia Social na UFRGS. E-mail: <mariliasaldanha@yahoo.com.br>

² Trecho de entrevista “Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler”. Ver referências em KNUDSEN, Patrícia.

Uma das tarefas que me coloco neste artigo é começar retomando alguns conceitos bem conhecidos das ciências humanas e sociais. Tomo esta decisão inicial para favorecer o leitor e a mim mesma, o trânsito num terreno já bem percorrido por outras autoras/es. As três primeiras indagações que coloco aqui são as seguintes: o que é violência de gênero, empoderamento e práticas emancipatórias? Esta introdução mais detida visa preparar as reflexões para o papel de uma vertente da psicologia que sai de um lugar tradicional circunscrito à ciência androcêntrica para se aproximar do feminismo. Dedico este artigo à psicologia feminista e ao seu papel junto a uma das bandeiras de lutas mais pungentes do feminismo: o combate às violências contra as mulheres.

Na minha experiência como psicoterapeuta tenho trabalhado com mulheres em situação de violência de gênero; enquanto pesquisadora meu interesse tem se voltado para as contribuições da psicologia com viés feminista na tentativa de, por meio deste embasamento teórico, poder efetivar uma escuta e uma intervenção mais efetiva na relação com estas mulheres; a circulação em espaços coletivos, a participação em atos políticos e movimentos sociais tem retroalimentado meu compromisso com uma psicologia mais engajada.

A escuta clínica e crítica de gênero com viés feminista das narrativas de mulheres em situação de violência, convoca a psicologia a um posicionamento que sai do modo tradicional, asséptico e “neutro”. Para além de contemplar somente a individualidade delas em psicoterapia, se faz necessário sair de um antagonismo entre cultura e psiquismo para apostar num encontro terapêutico que reconheça os aspectos socioculturais e psicológicos imbricados no fenômeno da violência contra as mulheres.

Violências

A violência de gênero é um grande guarda-chuva que abarca diversas violências. Começo pontuando que a violência de gênero não é um evento específico das relações conjugais heterossexuais, nem ocorre apenas entre pessoas adultas ou jovens; não é sinônimo de violência contra as mulheres, nem conta com a cumplicidade (ou conivência) feminina com os homens (SAFFIOTI, 2001). Concordo com o entendimento de Smigay³ (2011) de que a violência de gênero é um processo complexo e sua inteligibilidade aponta para uma complicada dinâmica relacional na esfera cotidiana. Acrescento que é sobre a dinâmica relacional entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres (incluindo aqui pessoas transgênero⁴ e intersexo⁵) que a violência de gênero se refere. No entanto, como bem afirma Saffioti (1999), o vetor mais difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher tendo a falocracia como caldo de cultura.

Dentro desse guarda-chuva há modalidades de violência doméstica, intrafamiliar, psicológica, física, patrimonial, institucional, sexual e moral que se inter-relacionam dependendo das circunstâncias. A violência de gênero abarca estas modalidades, porém cada uma destas violências isoladamente não se constitui necessariamente numa violência de gênero. Para se caracterizar como violência de gênero é preciso se referir a uma ampla gramática sexual que rege os comportamentos de gênero assim como suas relações.

³ Citada por Prado; Maheirie; Medrado, e Caniato (2011).

⁴ Travestis, transexuais e *drag queens*.

⁵ Na literatura médica, pessoas com genitália ambígua são chamadas de hermafroditas. Há proposta de substituição pelo termo *intersexo*, terminologia considerada mais adequada por incluir também os aspectos psicossociais.

Louis (2006) em seu artigo *Diga-me: o que significa gênero?* traz uma problematização bem panorâmica ao longo de todo o trabalho sobre esta categoria que possibilita dimensionar a extensão de tal gramática.

Li que a palavra *gênero* era polimorfa; que há interrogações sobre a validade da palavra *gênero*; que os estudos de *gênero* são atravessados por debates, controvérsias e polêmicas; que há distintas concepções sobre a noção de *gênero*; que coexistem diversas explicações de *gênero* como conceito explicativo, central ou incidente; que o *gênero* só pode ser compreendido na diversidade de suas utilizações; que o sentido da palavra *gênero* não é ainda fixo e os desacordos persistem; que o *gênero* sofreu profundas transformações em sua concepção...(LOUIS, 2006, p. 176).

Como gênero é uma categoria de análise multifacetada e cada estudiosa do campo feminista enfatizará algum aspecto, neste artigo vou me deter a tratar o gênero dentro da perspectiva relacional. Parto da compreensão desta categoria, como um modo de significar as relações de poder e estando presente no cruzamento de outras relações de poder. Foco nestes aspectos para refletir aqui sobre as relações de gênero violentas. Nos relatos a seguir se explicita o impacto nas relações de gênero das construções sociais tradicionais que constituem as identidades das mulheres (e dos homens também) que me revelaram suas histórias.

Esta desigualdade de gênero se presentifica de modo contundente nas relações das mulheres com seus parceiros em contextos de violência doméstica, intrafamiliar e conjugal temática que vem sendo exaustivamente discutida por muitas/os estudiosas/os (ALVIM e SOUZA, 2005; BURLAE, 2004; MENE-GHEL e HIRAKATA, 2011; SMIGAY, 2000; SAFFIOTI, 2001).

Relatos⁶

Ao longo de quinze anos como psicoterapeuta em contexto privado, e com menos tempo no serviço público, atendi mulheres que relataram situações de violência e que apontaram os maridos, companheiros ou namorados, atuais ou antigos, como sendo os autores destas violências. Muitas também se disseram agressivas e/ou reativas às violências deles. E a esmagadora maioria se autodenominou heterossexual. Uma única vez atendi um jovem de 28 anos que chegou ao consultório com hematoma em torno de um dos olhos e muito constrangido por não ter conseguido conter sua namorada agressiva.

As narrativas das mulheres contemplavam suas dores emocionais e físicas, sofrimentos diversos, histórias de vida; relações com a família de origem, extensa e do companheiro; o trabalho, a comunidade, a vizinhança, os amigos. Buscavam ajuda para seus problemas relacionados às diversas violências física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, perpetradas pelos homens com quem mantinham relacionamento afetivo-sexual. Havia violência em relacionamentos novos (de um ano de existência ou menos) assim como em relações estabelecidas há mais de trinta ou quarenta anos. Algumas chegavam perdidas sem saber o que fazer ou demandar. De um modo geral, as mulheres se apresentavam saturadas desta realidade na qual se sentiam reféns e desesperançosas em muitos casos, imersas no complexo fenômeno da violência, amarradas nas tramas familiares, ambíguas em muitas das vezes e impregnadas de valores patriarcais que as mantinham circunscritas num contexto maior que abarcava também suas vidas progressas nas famílias de origem.

⁶ Seguem nesta parte do texto várias anotações pessoais de falas de mulheres em situação de violência atendidas por mim.

A intensidade, variedade e quantidade de violência sofrida produzem sujeitos atormentados. São mulheres e homens em relações muito precárias que vão se desintegrando emocionalmente (BURLAE, 2004). Grande parte das mulheres que atendi apresentava baixa autoestima associada a outras sequelas tais como depressão, transtornos psiquiátricos (bipolaridade, transtorno do pânico, esquizofrenia). Alguns dos homens, descritos por elas em suas narrativas, apresentavam perfil com traços psicopáticos misturados a um forte envolvimento com drogas psicoativas; outros desenvolviam depressão e apresentavam risco de suicídio. São relações de gênero onde as pessoas se digladiam na busca do amor, da estabilidade financeira, na construção e manutenção da família, no exercício da vida sexual, cotidiana e social.

Os discursos de uma parte destas mulheres estavam impregnados de um autoritarismo extremado de seus companheiros (herança também de suas famílias autoritárias) que elas também reproduziam. O que elas desejavam, pensavam, faziam, não importava, salvo se fosse para atender às demandas deles. Estavam a seu serviço, eram coisificadas e tratadas como propriedade. Em suas resistências e resiliências sobreviveram, se rebelaram e fugiram e se separaram, viveram ambiguidades e seguiram a rota crítica de uma busca desenfreada de ajuda, nem sempre bem-sucedida.

Interessante observar que nessas relações violentas regidas por uma educação de gênero mais tradicional e binária, estes homens e mulheres não ficam restritos de modo absoluto aos papéis sociais esperados. Embora o repertório agressivo se apresente mais exacerbado nos homens, eles também são ferinos no que diz respeito à linguagem verbal. As mulheres, por sua vez, usam seus contrapoderes e premeditam estratégias agressivas para retaliar (ou se proteger de) seus parceiros. Uma paciente declarou ter triturado um sonífero e adicionado à erva do chimarrão de seu companheiro ao longo de uns três meses. Desta forma, ela prolongava o tempo que este ficava inativo dormindo e assim ela ganhava “umas horas a mais de paz.”

Segundo algumas mulheres, seus companheiros choravam e ameaçavam se matar e projetavam nelas, a mãe, a família que não tiveram suficientemente ou perderam. Demonstravam fragilidade e dependência emocional misturadas a explosões catárticas, vidraças quebradas, sangue e gritos diante de crianças que testemunhavam em muitos dos casos, cenas bem violentas. Os homens agem sobre a conduta delas e começam a falhar quando elas resistem se submeter. É comum acontecer o que Foucault (1995) chama de agonismo (combate), ou seja, uma provocação permanente entre as partes. Estas relações, que se apresentam violentas de modo concreto, se revelam em frases de ameaça também proferidas pelas mulheres “o que vai acontecer é que ou eu te mato ou tu me matas”; “Se tu não lavares a louça quando eu voltar eu quebro tudo”. Algumas mulheres revelaram que seus companheiros se intimidavam com elas. Diante deste cenário de miséria emocional o que mantêm estas pessoas juntas? Uma resposta possível é a de que a permanência no vínculo não se restringe a um problema unicamente do casal, ou da passividade da mulher frente às agressões, mas é um dos elementos que compõe o sistema de crenças que significa os corpos de maneira desigual e hierarquizada, produzindo desejos, expectativas e sintomas psíquicos (TIMM, PEREIRA e GONTIJO, 2011).

Empoderamento e práticas emancipatórias

Diante do uso polissêmico e indiscriminado do conceito de empoderamento enfatizo que o termo não é usado neste trabalho com o sentido de “dar ou injetar poder nas mulheres.” A perspectiva adota-

da é a emancipatória, cuja conotação política teve seu início nos anos de 1970 e emergiu dos principais movimentos feministas (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007). A ideia embutida nesta perspectiva é de aprofundamento da democracia do ponto de vista individual e comunitário, onde as pessoas sejam protagonistas de suas vidas e projetos e que possam desta forma compor relações conjugais regidas por ideologias igualitárias, ou seja, mais democráticas (SALDANHA, 2010).

Dentro desta perspectiva, quando as mulheres reconhecem que podem desenvolver um senso de si capaz de se autodefender, conquistar espaços, avançar e superar não somente as adversidades, como se posicionar, marcar territórios e defender seus pontos de vista, elas iniciam um processo de empoderamento. No caso de mulheres que se encontram destituídas de diversos recursos (educacional, socioeconômico, familiar), receber o poder por doação, ou transferência por benevolência colaboraria para mantê-las no lugar de objetos e não de sujeitos de direitos. Este poder a que faço referência não é dádiva, nem concessão. A afirmação a seguir contempla esta ideia:

mesmo que os projetos de empoderamento sejam inicialmente elaborados por atores externos, dadas as dificuldades para ação espontânea dos sujeitos desmobilizados, a responsabilidade maior cabe aos sujeitos por eles atingidos, que nesse sentido, podem participar de sua elaboração. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 94).

O sentimento de competência em determinadas situações, o reconhecimento da relevância de suas participações, a experiência de usufruir de maior liberdade de expressão e atuação do que constrangimentos e limitações compõem o conceito de empoderamento. O ato de se apossar e desenvolver estes recursos subjetivos favorece que as mulheres se tornem não só sujeitos ativos do processo de suas existências, como autoras da construção dos seus caminhos de autonomia, sejam estes as escolhas por uma conjugalidade igualitária, a busca por um lugar no mercado de trabalho, a denúncia por maus tratos, o exercício de uma sexualidade livre, a luta por uma causa, dentre outras possibilidades. Para além do plano individual, o empoderamento é relacional e isto implica também sustentar os posicionamentos nas diversas situações sociais, familiares, conjugais, comunitárias.

Outra noção de empoderamento que traz a dimensão deste processo é a freiriana, que ressignifica o termo como sendo a conquista da liberdade pelas pessoas que têm estado subordinadas a uma posição de dependência econômica ou física ou de qualquer outra natureza (VALOURA, 2006). A metodologia feminista tem influência da educação popular desenvolvida por Paulo Freire, que foca a perspectiva de fazer e aprender, com a inspiração central de emancipação das mulheres. As metodologias feministas têm como condição a consciência dos efeitos de gênero nas relações sociais, reconhecendo o conflito e a existência de estruturas desiguais de poder, além de trabalhar as dimensões constitutivas das relações de gênero, que são a simbólica, a normativa, a institucional e a subjetiva, além de trabalhar com a perspectiva do empoderamento das mulheres (PINTO, 2011).

A violência e a carência de poder são faces da opressão a que as mulheres aqui mencionadas estão submetidas. A feminização e a negritude da pobreza não podem deixar de ser lembradas, pois se constituem num ponto estratégico para se alcançar a igualdade levando em conta as diferenças, conforme Philips (2009) argumenta. A autora enfatiza que não considerar se uma pessoa é homem ou mulher, transgênero ou *intersex* (acrescento aqui), se é branca ou negra, acaba por reforçar a dominância dos grupos já dominantes.

Liberdade sexual vigiada

No livro *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade* (2008), a antropóloga Mirian Goldenberg revela as respostas das/dos participantes para uma pergunta de sua pesquisa realizada com 1279 homens e mulheres das camadas médias da cidade do Rio de Janeiro. Diante da indagação “o que mais você inveja em um homem? as mulheres responderam em “primeiríssimo lugar: liberdade.” Os homens por sua vez, “categoricamente responderam: nada”. Nestas relações violentas que venho me referindo percebi que muitas das mulheres pareciam tão conformadas com a falta de liberdade sexual, dentre outras liberdades, que lhes escapava que não questionavam o controle exercido sobre estas, apenas se justificavam declarando “mas eu só vou da casa para o trabalho e do trabalho para casa”⁷ frente aos maridos que desconfiavam de sua conduta sexual. Nestes relacionamentos menos igualitários e tradicionais as mulheres são mais vigiadas nos seus movimentos e nas relações interpessoais que estabelecem. Nas relações violentas o exercício do poder aparece bastante associado com a repressão à sexualidade feminina. As desconfianças dos companheiros se mostram constantemente atreladas a fantasias de infidelidade que julgam ser reais. Onde houver prazer, nas mais diversas atividades ou relações interpessoais, é possível que as mulheres experimentem tal sensação como um ato de infidelidade pela conexão direta ou indireta que façam com a sexual. Seus companheiros que, em geral desfrutam de maior liberdade, mas não querem que elas façam o mesmo, temem serem traídos a qualquer movimento indicativo de maior autonomia de suas mulheres. Há uma profusa confusão estabelecida entre sexualidade e genitalidade que circula entre estes atores.

A psicanalista argentina Clara Coria (1997) sustenta o quão proscrita está a excitação para a mulher sintetizando seu pensamento ao declarar que os dois grandes temas que subjazem neste conflito são a proibição do prazer e do poder nas mulheres. Compactuo com a autora quando afirma que a sexualidade, nas nossas sociedades, é vista sob o cristal do pecado, “um pecado que cresce em gravidade, quanto mais se aproxima ao prazer. E o prazer sexual sempre tem sido muito mais castigado nas mulheres que nos homens” (p. 111). As culpas que muitas mulheres revelam sentir parecem estar relacionadas com um sentimento de transgressão que se instala nelas quando não se alinham com o que prescreve a moralidade sexual do seu contexto sociocultural. Reivindicar a liberdade de ir e vir pode promover inquietações (excitações) seja por produzir sentimentos de transgressão, culpa e principalmente prazer. Mesmo que a procedência das sensações não seja de ordem sexual, a excitação experimentada é similar, a fronteira é tênue e isto pode gerar angústia e compor a ambiguidade das mulheres.

Psicologia feminista

São muitas as indagações que me vejo impelida a lançar na direção da psicologia feminista, vertente que escolho para investigar o campo minado das relações afetivo-sexuais das mulheres que vivem ou viveram, em algum momento de suas vidas, violências de gênero. De que mulheres a psicologia feminista, enquanto um agente desnaturalizador, está falando? Como a psicologia que se associa ao feminismo trata do corpo, identidade e normas sociais? Qual ou quais vertentes do feminismo se mesclam à psicologia para formar parcerias para criticar as sexualidades obrigatórias, a domesticação (adequação via

⁷ Anotações pessoais de falas de mulheres em situação de violência atendidas por mim.

normalização) dos corpos e sua hierarquização? Como se posiciona a psicologia feminista frente às mulheres em situação de violação de direitos (TELES, 2006) que se dizem deprimidas, com pensamentos suicidas ou homicidas? É possível favorecer efetivamente que as mulheres se apossam de suas vidas e de seus direitos sem se utilizar do viés feminista?

Enquanto uma psicologia sem vocação para o sacerdócio ou ortodoxia e sem operar pela lógica contrária à potencialização da vida, a psicologia feminista recusa a postura de neutralidade positivista e se posiciona como um saber que se pretende inclusivo das inteligibilidades diversas. Reconhece as inteligibilidades presentes para além da heterossexualidade compulsória⁸ e não se propõe patologizar outras possibilidades de existência e de construção de subjetividades não normativas. A psicologia feminista assume um posicionamento político fortemente engajado na luta a favor da emancipação feminina e contra a naturalização da violência. Esta associação da psicologia com um viés feminista e um olhar amplificado para as questões sociais atua como um saber científico emancipatório. Desta forma a psicologia se associa a uma rede de enfrentamento que busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema que envolve as áreas da saúde, da educação, da segurança pública, da assistência social, da justiça, da cultura, dentre outras (SALDANHA, SCARPARO e STREY, 2013).

Este ano, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, apresentei uma comunicação oral, no simpósio temático 009, intitulada “*A psicologia feminista, as mulheres de Canoas e o CRM Patrícia Esber: práticas emancipatórias na luta contra a violência de gênero*”. Algumas das questões e comentários que me foram colocados expressavam a estranheza de algumas pessoas diante desta vertente da psicologia. Os/as participantes do simpósio queriam saber do seu reconhecimento, das autoras que produzem conhecimento nesta área e também entender a associação da clínica com política. O papel político desta abordagem psicológica é o de reabilitar o ideal da igualdade entre os sexos, promover o empoderamento (resiliência e autonomia) das mulheres em situação de violência em todo seu espectro. É justamente esta característica da psicologia feminista que se atreve a aproximar campos supostamente antagônicos, como clínica e política, que abala os pilares positivistas da ciência tradicional androcêntrica. Ao se mesclar com o feminismo, esta vertente da psicologia herda daquele, o vigor reivindicatório e se politiza.

A visão mais flexibilizada que contempla a diversidade, o contraste nas relações de gênero, a reflexividade como instrumento crítico, a pluralidade metodológica e o engajamento da próprio/a pesquisador/a que se compromete assim em assumir a complexidade da investigação feminista são aspectos que norteiam esta vertente da psicologia (NEVES e NOGUEIRA, 2003; NEVES e NOGUEIRA, 2005; NARVAZ E KOOLER, 2006[a]; 2006 [b]; NARVAZ e KOOLER, 2007). O corpo teórico da psicologia feminista pluraliza as metodologias, integra projetos e campanhas com vias a amplificar o combate às violências contra as mulheres e as terapias que cuidam dessas mulheres em contextos terapêuticos. Nestes contextos as mulheres podem usufruir de um espaço de acolhimento para trabalhar as sequelas das experiências traumáticas vividas. A utilização das terapias feministas junto às mulheres vulnerabilizadas é em especial de grande valia, pois atua simultaneamente numa lógica de intervenção individual, social e comunitária. Desta forma em face de sua escuta crítica de gênero e suas intersecções com raça, etnia, opressão de classe, sexismo e pobreza, estas terapias contemplam toda e qualquer mulher vitimizada pela violência de gênero.

⁸ Estudos pós-estruturalistas rompem com a concepção usual da heterossexualidade ao revelar a história de sua construção e, portanto, o fato de que ao invés de natural, ela é compulsória.

A psicologia feminista tem um papel fundamental no questionamento dos modelos hegemônicos de gênero, cujas raízes no sistema patriarcal da sociedade favorecem a educação machista e seus desdobramentos nas relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Na tentativa de dominá-las os homens, que estão profundamente impregnados de valores sexistas, se apresentam mais agressivos e as mulheres, nas mesmas condições, se apresentam mais submissas. Cabe ressaltar, sobretudo, as alternâncias de comportamento, nas mulheres que resistem aos poderes “ilimitados” de seus companheiros e estes se despotencializam em diversas situações.

As metodologias feministas com seus princípios feministas embutidos compõem a psicologia aqui tratada e garantem o comprometimento científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, tanto as experiências como as realidades sociais de ambos os sexos (RIAL e TONELI, 2004; NEVES e NOGUEIRA, 2003).

Considerações finais

Permeando todas as violências que atingem as mulheres, se encontra a violência psicológica (ou emocional). É recorrente no discurso de muitas mulheres, que acompanhei terapeuticamente, de que preferem sofrer uma violência física a uma psicológica. Por serem impalpáveis, as dores emocionais atingem áreas recônditas que podem parecer inacessíveis àquelas mulheres. Mas o corpo, a mente e seu estado emocional se encontram imbricados de modo que seja qual for a instância atingida haverá repercussão na integralidade da pessoa.

Entendo que diante do complexo fenômeno das violências aqui tratadas, do caleidoscópio em constante movimento que é a subjetividade humana impregnada de elementos socioculturais e associada às questões de desigualdade de gênero, a vertente da psicologia que abraça esta empreitada junto às mulheres, precisa ser robusta. Eis que para uma tarefa deste porte, a psicologia que se alia ao feminismo se configura numa vertente engajada e comprometida com a mudança social.

O inferno particular das violências, ao se tornar público, expõe uma ferida social que precisa de cuidados e para tal conta com uma rede de enfrentamento onde a psicologia feminista se insere. Seja pela via da pesquisa ou clínica, em contexto privado (consultório) ou público (centros de referência para as mulheres) a psicologia feminista se apoia no princípio da igualdade entre os sexos e nas metodologias feministas. Assim, garante o exercício de uma psicologia comprometida com um saber científico, cultural, social e político que se dispõe a cuidar e simultaneamente a convocar as mulheres a se legitimar subjetiva e socialmente. O feminismo reconheceu que “o privado, o pessoal é político” e a psicologia feminista se preocupou em politizar a intimidade dos contextos terapêuticos.

Ao contemplar as especificidades individuais de cada mulher e a diversidade das identidades pessoais e sociais destas, construída e contextualizada nos espaços sociais e ao apostar em possibilidades múltiplas, com sua pluralidade metodológica na investigação, a psicologia feminista promove a diluição de uma perspectiva autocrática e de imposição de um conhecimento universal. Ao encarar a psicopatologia como resultado de opressão e ao tomar posse do potencial emancipatório dos diversos modelos de intervenção psicológicos, a psicologia feminista se move na direção de concretizar assunções feministas.

Referências

- ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, nº 2, p. 171-206, 2005.
- BURLAE, Krista. *The theory of mindful space: identifying, understanding, and preventing violence*. **Affilia**, v.19, nº 1, p. 85-98, 2004.
- CORIA, Clara. **Labirintos do êxito: ilusões, paixões e fantasmas femininos**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOLDENBERG, Mirian. **Coroas, corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- HOROCHOVSKI, Rossi Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional. Movimentos sociais, participação e democracia**. 25-27 abr., UFSC. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br>. Acesso em: 10 set. 2013.
- KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 161-170 jan./abril, 2010.
- LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 21, nº 3, p. 711-724, set./dez., 2006.
- MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**; 45(3): 564-74, 2011.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena.(a) Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Revista Psico**. v. 37, nº 1, p. 7-13, 2006.
- _____.(b) Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, nº 3, p. 647-654, setembro e dezembro, 2006.
- NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicologia e sociedade**. nº 15, v.2, p. 43-64, 2003.
- _____. Metodologias Feministas: A Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**. V. 18 nº 3, p. 408-412, 2005.
- _____. Feminismo e Terapia: a terapia feminista da família – por uma psicologia comprometida. **Psicologia Clínica**, 19 v.2, p. 117-131, 2007.
- PHILIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? **Revista Brasileira de Ciência Política**, (2), p. 223-240, 2009.
- PINTO, Joana Prado. Ler e escrever sobre corpos: metodologia feminista para letramento de jovens. **Ca-**

ernos de Pesquisa, 41(143), 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MAHEIRIE, Kátia; MEDRADO, Benedito; CANIATO, Angela. **Nas trilhas de um pensamento complexo sobre relações de gênero e a psicologia social no cotidiano: Homenagem para Karin Ellen von Smigay**. *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 201-203, 2011.

RIAL, Carmen Sílvia Moraes; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Genealogias do silêncio: feminismo e gênero**. Publisher: Editora Mulheres, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**. 13(4) p. 82-90, 1999.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16): p. 115-136, 2001.

SALDANHA, Marília; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; STREY, Marlene Neves. **Dardos antifeministas: preconceitos e estereótipos em debate**. Trabalho apresentado no VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política em São Francisco de Paula/RS, na UERGS. 15 a 18 de nov. de 2012.